

# INSUBMISSAS MULHERES NEGRAS: COMUNICAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE CONTRA O EPISTEMICÍDIO

*Insubmitted black women: communication and intersectionality against epistemicide*

*Insumisas mujeres negras: comunicación e interseccionalidad contra el epistemicidio*

---

## Maria do Socorro F Veloso

Docente do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN, Pragma e Ecomsul (UFRN). Doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP).  
E-mail: [socorroveloso@uol.com.br](mailto:socorroveloso@uol.com.br)

## Antonino Condorelli

Doutor em Ciências Sociais e professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: [profantoninocondorelli@gmail.com](mailto:profantoninocondorelli@gmail.com)

## Alice Oliveira de Andrade

Doutoranda e mestra pelo Programa de pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN).

E-mail: [aliceandrade@live.com](mailto:aliceandrade@live.com)

---

## Resumo

Propõe-se discutir a comunicação digital como instrumento de combate ao epistemicídio de mulheres negras. Com observação da plataforma literária Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, analisa-se a prática do ativismo literário como ferramenta de mobilização para visibilizar escritoras negras ou outros atores sociais historicamente subalternizados. A análise da plataforma é realizada sob a ótica teórico-metodológica da interseccionalidade, aliada a referencial bibliográfico sobre epistemicídio.

**Palavras-chave:** Comunicação. Interseccionalidade. Epistemicídio. Ativismo literário. Diálogos Insubmissos.

## Abstract

This article proposes to reflect on digital communication as an instrument to fight against epistemicide of black women. We observed a literary platform Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, and the practice of literary activism is analyzed as a mobilization tool to make black female writers. The analysis of the platform was made based on the theoretical-methodological perspective of intersectionality combined with bibliographic referential on epistemicide.

**Keywords:** Communication. Intersectionality. Epistemicide. Literary activism. Unsubmitted dialogues.

## Resumen

Este artículo propone reflexionar sobre la comunicación digital como un instrumento para luchar contra el epistemicidio de las mujeres negras. Observamos una plataforma literaria Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, y la práctica del activismo literario se analiza como una herramienta de movilización para hacer escritoras negras. El análisis se realizó en base a la perspectiva teórico-metodológica de la interseccionalidad combinada con reflexiones bibliográficas sobre el epistemicidio.

**Palabras-clave:** Comunicación. Interseccionalidad. Epistemicidio. Activismo literario. Diálogos insubmisibles.

## Introdução

“O lixo vai falar e numa boa”. Se Lélia González pudesse ser testemunha do quão inspiradoras são suas palavras (1984, p. 225), e de como mobilizam mulheres para transformar os espaços dentro e fora da internet em grandes latas de lixo que falam, certamente ficaria contente. A lógica da dominação subalternizou e apagou as vozes femininas ao longo da história. Quando enxergamos esse silenciamento com as lentes da racialização, torna-se ainda mais evidente. As sociedades marcadas por patriarcado<sup>1</sup>, racismo<sup>2</sup> e divisão de classes estruturam posições sociais por essas três matrizes distintas. Nesse sentido, pode haver uma intersecção de opressões que atuam de diferentes formas para relativizar o lugar dessas mulheres nas relações sociais de poder.

Há de se considerar, no entanto, que mesmo quando são concomitantes, as opressões não podem ser hierarquizadas, pois atuam de forma imbricada no processo de subalternização (COLLINS, 2002). Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade é central para as abordagens teórico-metodológicas que visam analisar contextos complexos sobre a realidade de mulheres negras no Brasil.

Cabe observar que, nos últimos anos, eclodiram movimentos colaborativos formados por mulheres com objetivos afins de mobilização e transformação. Esses movimentos incluem, de forma crescente, iniciativas de mulheres negras que passam a articular experiências para assumir a posição de protagonistas na construção das próprias narrativas. Algumas dessas ações surgem em ambiente offline e logo encontram na internet, em especial nas redes sociais digitais, um espaço de circulação das mensagens. Embora não sejam mecanismos neutros no que tange aos sujeitos racializados<sup>3</sup>, as redes virtuais podem ser espaços para a popularização e formatação dessas iniciativas. Também sinalizam para a potência da comunicação como instrumento de ativismo, enfrentamento e reprodução de subjetividades,

---

1 Adotamos a perspectiva dos estudos de gênero, que concebe o patriarcado como um sistema de dominação e exploração das mulheres, baseado em uma hierarquização dos gêneros socialmente construída e que assume diferentes configurações em diferentes sociedades e momentos históricos, articulando-se com outros sistemas de regulação das subjetividades e das relações sociais (SAFFIOTI, 1992).

2 “O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (ALMEIDA, 2018, p.25).

reconhecidas a partir de questões interseccionais que afetam cada mulher envolvida nessas construções.

Uma das formas de opressão que mobiliza as mulheres negras na busca por novos caminhos é o epistemicídio, compreendido como a tentativa de invisibilizar conhecimentos produzidos por grupos historicamente subalternizados, ou de apropriar-se deles e recolocá-los a serviço da hegemonia. As desigualdades sofridas por mulheres no acesso ao poder são históricas, incluindo as cognitivas (CARNEIRO, 2003). Para as mulheres negras, durante muito tempo o conhecimento produzido por elas foi reduzido a um lugar de desimportância e, no caso de instituições científicas, ao status de “não-acadêmico”. Por carregarem em si as marcas de opressões que se entrecruzam, experimentam constantemente disparidades superlativas em relação a outros atores sociais, como é o caso de mulheres e homens brancos. Uma das formas de combate a esse tipo de opressão é a visibilização de escritoras negras e a leitura dessas mulheres, reivindicando seu lugar de importância nas bibliotecas, universidades, escolas, ementas de disciplinas e bibliografias de cursos, por exemplo.

Por essas razões, questionamos que papel a comunicação digital, principalmente a veiculada em redes sociais na internet, desempenha na circulação de experiências de caráter interseccional que envolvem gênero, raça e classe. Para ilustrar essa reflexão, partimos da observação do projeto Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras<sup>4</sup>, com recorte em sua atuação no Instagram. Nosso objetivo é tecer uma discussão acerca do modo pelo qual a comunicação em redes sociais digitais e o ativismo literário podem ser instrumentos de visibilização de mulheres negras e de suas histórias. Nossa hipótese é a de que a prática comunicativa do grupo configura um modo de ativismo literário, com o objetivo de combater o epistemicídio e divulgar a literatura negra.

Para isso, utilizamos a perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), aliada às reflexões sobre

3 Os padrões algorítmicos de alguns mecanismos digitais, como os de busca, apresentam resultados que podem expor o racismo contemporâneo e vieses discriminatórios. Sobre isso, buscar Carreira e Carvalho (2020).

4 Disponível em: <<https://www.instagram.com/dialogosinsubmissos/>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

epistemicídio. Acompanham-nos, nesse percurso, teóricas negras como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Lélia González, Carla Akotirene, bell hooks, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw. Para a compreensão do projeto Diálogos Insubmissos, faremos uma descrição dos seus modos de atuação.

## O contexto da interseccionalidade para o combate ao epistemicídio

“Pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência”, sintetiza Djamila Ribeiro (2016, p. 100), ao observar que a compreensão da interseccionalidade, além de necessidade epistêmica, é uma demanda social.

O entrecruzamento de opressões é um movimento de raízes históricas. O legado da escravidão está diretamente relacionado às condições atuais das mulheres negras, principalmente no que diz respeito ao espaço de trabalho que ocupam (DAVIS, 2016). No Brasil, o sistema escravista impunha que seu lugar era a servidão, seja pelo trabalho braçal, supressão cultural ou pela exploração sexual. Em 2019, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>5</sup> apontou que 18,5% das mulheres negras dedicam-se ao trabalho doméstico, enquanto a porcentagem de mulheres brancas é de 10%. Esse reflexo tem raízes históricas na espoliação do trabalho das mulheres escravizadas.

Perrot (2007, p.34) aponta que em 1848 “a imprensa reivindica o direito das mulheres ao trabalho, a igualdade dos salários, a formação de cooperativas”. Em 1851, Sojourner Truth, uma ex-escravizada americana<sup>6</sup>, questionou o porquê de mulheres brancas e negras ocuparem posições tão distintas, mesmo em uma sociedade sexista, estando as negras ainda mais subalternizadas. Enquanto as brancas buscavam a inserção no mercado de trabalho, negras já eram laboralmente exploradas há centenas de anos e lutavam pelo direito ao reconhecimento de suas humanidades.

Nascimento (2019) levanta outro ponto de intersecção entre opressões de raízes colonialistas: a reivindicação brasileira pela harmonia racial. O intercâmbio de sangue entre mulheres negras e homens brancos, resultando em filhos miscigenados, é resultado de uma violência extrema contra essas mulheres, que eram exploradas sexualmente por seus donos ou mantidas como prostitutas para dar lucro. As crianças miscigenadas não tinham direitos sociais garantidos, embora fossem descendentes de brancos, e ainda sofriam a mesma discriminação dos negros, enquanto eram parte de uma estratégia de genocídio.

*O abuso sexual à mulher africana e à mulher negra brasileira é mais do que simples abuso: é genocídio, fácil de constatar no crescimento da população mulata e no desaparecimento da raça negra (...) Um processo de destruição combinado com outros instrumentos agressivos, durante a escravidão, tais como os maus-tratos, as torturas, a desnutrição, o trabalho excessivo. (NASCIMENTO, 2019, p.260).*

A figura da “mulata” foi, ao longo do tempo, mais uma condição social de subalternização para as mulheres negras, romantizada na literatura e na música. É o caso da canção Mulata fuzarqueira, de Noel Rosa: “Mulata fuzarqueira, artigo raro que samba de dar rasteira. E passa as noite inteira em claro. Não quer mais saber de preparar as gordura (sic)”. Como referência a um tom de pele marrom menos escuro, a palavra mulata vem de mula, animal que resulta do cruzamento entre o cavalo e a jumenta, ou entre o jumento e a égua. É um termo racista que contribui para a animalização dos corpos negros femininos. Lélia González (1984) alerta que “mulata”, assim como a ideia de “doméstica”, tem origem na figura da mucama e objetifica as mulheres negras, transformando-as em “produto de exportação”.

Esses dois pontos são exemplos de questões específicas que afetam mulheres negras, e que nem sempre são abarcadas pelos movimentos feministas brancos (HOOKS, 2000). Por outro lado, os movimentos

5 Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9)>. Acesso em: 15 mai. 2020.

6 Discurso proferido na Women's Rights Convention, nos Estados Unidos, em 1851. Ao ouvir de pastores da igreja que os direitos de homens e mulheres não poderiam ser iguais porque elas são mais frágeis e intelectualmente inferiores, relacionando a ideias bíblicas de que figuras importantes são masculinas e a primeira mulher do mundo, uma traidora, Sojourner Truth se pronunciou. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

antirracistas não observam a questão de gênero como pauta central de discussões, ou como ponto que deva ser enxergado de forma igualitária com a perspectiva de raça. Esses fatores combinados fizeram com que o feminismo ocidental pautado nas vivências de mulheres brancas apresentasse limitações que não permitiam considerar a heterogeneidade das mulheres negras e seus processos de racialização interligados aos de gênero e classe.

Para balizar experiências em que as opressões não têm seu enfrentamento contemplado pelo feminismo branco e nem pelo movimento antirracista, surge o conceito de interseccionalidade, que visa “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p.19). Kimberlé Crenshaw (1989), pesquisadora que cunhou o termo, aponta que a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Quando Crenshaw (1989) pensa a interseccionalidade, propõe a ideia de que não há como distanciar ou hierarquizar formas de opressão que atingem simultaneamente as mulheres negras. Trata-se de uma sensibilidade analítica que torna visíveis as estruturas coloniais de poder geradoras de discriminações que se entrecruzam.

Quando evidenciada em um país como o Brasil, em que o racismo é elemento estruturante, a interseccionalidade das categorias raça, gênero e classe sublinha esse fenômeno por muitas gerações, incessantemente (QUIRINO & MOURA, 2019). Com a interseccionalidade reforça-se o fato de que as experiências de mulheres negras importam, mesmo que não tenham encontrado espaço de reflexão no feminismo branco ocidental e nos movimentos antirracistas formados majoritariamente por homens. Opressões como gênero e raça operam como categorias sociais que se imbricam em uma dimensão complexa. Há diferentes formas de ser mulher e de ser negra, e a luta feminista deve reconhecer que o compromisso com o antirracismo é o único caminho para a construção de um projeto efetivamente democrático (RIBEIRO, 2018).

A partir do conceito de interseccionalidade é possível compreender que um feminismo universal não é viável, pois não abarcaria a diversidade da multiplicidade feminina em realidades distintas. Mulheres negras e brancas são companheiras na luta contra o sexismo, mas apenas as mulheres negras

têm o racismo como elemento estruturante de suas vidas. Mulheres e homens negros são unidos pela luta antirracista, porém somente elas vivenciam as violências do patriarcado. Embora não cite diretamente o conceito, Carneiro (2003) propõe “enegrecer o feminismo” para que as necessidades de mulheres negras sejam mais adequadamente observadas dentro das lutas pela igualdade de gênero, fazendo emergir novos perfis políticos.

O feminismo negro se alia ao conceito da interseccionalidade ao reconhecer que mesmo contextos configurados por estruturas de dominação semelhantes e entrecruzadas produzem diferentes posições identitárias, pois as mulheres negras, embora tenham questões convergentes, são múltiplas. Não se trata, porém, de luta unicamente identitária, e sim da busca por restituir humanidades historicamente negadas (RIBEIRO, 2018). Portanto, pensar raça, gênero e classe de forma inseparável é fundamental para que as lógicas de opressão sejam rompidas.

Nesse contexto, é necessário perceber que o mundo ocidental, mais especificamente o norte global, carrega um privilégio histórico no que diz respeito à construção dos conhecimentos cosmológicos. A primazia do que é produzido nesses locus epistêmicos, em detrimento do conhecimento nascido no seio popular e tradicional, condiciona mecanismos colonialistas de exclusão a partir do momento em que inferioriza conhecimentos. Em decorrência, vozes são silenciadas por um projeto neoliberal-colonial-imperialista que carrega traços significativos do racismo e sexismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016).

Sob a égide da universalidade, as experiências sociais pautadas no cotidiano e nas tradições não são levadas em consideração enquanto conhecimento científico. Essa realidade estabelece a estruturação de vácuos epistêmicos comumente ocupados por cânones do pensamento que, embora estejam localizados ocidentalmente, inserem-se no lugar de detentores da capacidade de produzirem uma ciência que dá conta de todas as necessidades globais. Essa discussão relaciona-se às mulheres negras e à interseccionalidade, a partir da lógica que historicamente estabelece os saberes produzidos por sujeitos e grupos subalternizados pelo trinômio raça-gênero-classe como sendo da ordem do identitário, do mitológico, das crendices, mas não do conhecimento científico.

A hierarquização cartesiana de saberes contribuiu, histórica e contemporaneamente, para a invisibilização de mulheres negras. Isso porque grande parte da resistência e da luta feminista negra não surge nos bancos das

universidades, e sim no enfrentamento cotidiano das opressões entrecruzadas que destituem as mulheres negras do direito à existência. A poesia, os slams<sup>7</sup>, a música, a dança, a religiosidade, a literatura e outras expressões artísticas são formas de apresentar suas subjetividades ao mundo (COLLINS, 2017).

Mesmo na atualidade, o modelo considerado universal e válido para a produção científica é majoritariamente branco. Não é por acaso que, para compreendermos a formação social do Brasil, tenhamos de ler, por exemplo, Gilberto Freyre ou Darcy Ribeiro, mas levamos muitos anos para descobrir Lélia González, Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento. Há uma anulação dos saberes produzidos pelos povos à margem, uma questão cujo gargalo começa na escassez da educação formal de qualidade, ou da apreciação de bens culturais.

Para Santos (2008), o epistemicídio é a subalternização de formas de conhecimento de grupos sociais historicamente subordinados, como indígenas, mulheres e negros. Aqui, recorreremos à perspectiva de Sueli Carneiro, que parte desse ponto de vista para concluir que o conceito, na prática, pode ir além e está diretamente relacionado à racialidade: é um processo de indigência cultural, pois deslegitima o negro como possível produtor de conhecimento científico, destruindo sua autoestima dentro do próprio processo educativo. “(...) O epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc” (CARNEIRO, 2005, p.97).

Ao levarmos em conta a perspectiva de Carneiro (2005), é possível vislumbrar uma paisagem de inferiorização intelectual de sujeitos historicamente vistos como objetos de estudo, mas não como protagonistas da produção científica ou editorial. Isso porque “ignora-se desde a participação das mulheres negras nos grandes episódios históricos brasileiros aos pequenos fatos e feitos protagonizados, quase sempre, em um cotidiano hostil” (SCHUMAHER & BRAZIL 2006, p.271).

Combater radicalmente a lógica epistêmica ocidental, branca, patriarcal e elitista que subjugou o conhecimento produzido por mulheres negras é uma das forças motrizes do feminismo negro. O racismo, como elemento social estruturante, abarca o mercado editorial quando há preterimento das narrativas escritas por mulheres negras, cujo objetivo

central, na produção literária, também é fazer ecoar suas vozes de dor e luta - que ao longo de tantos séculos foram silenciadas. Não de forma assujeitada, e sim como protagonistas que escrevem as próprias histórias. Para Souza (2017), a escrita de mulheres negras é uma insurgência que visa combater o epistemicídio e a dominação histórica sobre sua criatividade. Portanto, assumir a escrita enquanto atitude político-social é um ato de resistência dessas mulheres contra as lógicas coloniais que as oprimem.

*Ao assumirem a posição de sujeitos da escrita, elas rompem com o determinismo instaurado por séculos que aponta para as mesmas exclusivamente o lugar de serviços e de objetos. Suas falas/vozes não autorizadas foram, a priori, ignoradas, o que vem a constituir um epistemicídio. (SOUZA, 2017, p.22).*

Enxergar o epistemicídio pela ótica interseccional significa compreender que o enfrentamento a essas violências cognitivas é complexo e diz respeito a múltiplas matrizes de dominação colonial. As formas de combate envolvem tanto a valorização das produções de mulheres negras em espaços acadêmicos, arrancando o rótulo de “não-acadêmico” imposto pelo cânone científico, e considerando-as como conhecimento científico validado na experiência de vida, na necessidade cotidiana de resistência, na intelectualidade e na memória ancestral; quanto em ações diretas organizadas para visibilizar a literatura negra nos espaços sociais. Para a segunda alternativa, entendemos o projeto Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras como ferramenta interseccional e rede que agencia infraestruturas físicas e simbólicas. Tem potencial de mobilização capaz de tecer novas práticas sociais mais justas, igualitárias e que combatem, de maneira imbricada, o racismo, o patriarcado e o preconceito de classe.

## **Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras e o ativismo literário digital**

Feitas de retalhos e afeto, as abayomis são símbolos de resistência do povo africano em diáspora, submetido a uma travessia transatlântica que

---

<sup>7</sup> Slams, ou poetry slams, são encontros onde acontecem “batalhas de versos”, com poesias declamadas diante de júri popular. Comumente ocorrem em periferias.

ceifou suas vidas e seu direito à memória. As mães africanas rasgavam suas saias para criar pequenas bonecas sem costura, apenas com nós de tecidos, que serviam de amuleto e distração para suas crianças.

As abayomis mostram que as mulheres negras brasileiras trazem a resistência e a resiliência como herança de suas ancestrais. Desde a diáspora africana, lutam para a manutenção da existência de si e de quem está ao seu redor, pois historicamente usam as ferramentas disponíveis contra a dominação colonial de seus corpos e mentes.

Neste contexto, questionamo-nos sobre qual é o papel da comunicação na compreensão da lógica interseccional e na promoção da igualdade étnico-racial. Isso porque tem-se discutido que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) propiciam um modo para a organização, distribuição e engajamento popular, inclusive das identidades racializadas e da luta antirracista. E se a sociedade contemporânea é um espaço no qual há disseminação de privilégios, quem está no locus privilegiado continua pensando em processos e ferramentas para mantê-lo (RIBEIRO, 2019). Esse movimento de manutenção de privilégios gera também reação por parte de grupos oprimidos, que utilizam estratégias para criar contra-narrativas e reposicionar sua existência em um lugar social de validade.

Para tecermos essa reflexão, partimos do trabalho de um projeto que transforma a leitura de escritoras negras em ativismo contra o apagamento simbólico: imagine um grupo de mulheres negras lendo outras mulheres negras, debatendo cultura, arte e mostrando que, sem passarmos por esse caminho de visibilização e resgate de subjetividades, não é possível construir um verdadeiro projeto democrático. Deste modo funciona a plataforma literária Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras (DIMN), criada na Bahia em 2017 e que visa o fomento à leitura de escritoras negras, o combate ao epistemicídio e o incentivo às produções dessas mulheres por meio de eventos literários, culturais, rodas de conversa, críticas literárias e outras expressões artísticas.

A iniciativa foi idealizada pela professora Dayse Sacramento<sup>8</sup> como

um projeto de pesquisa sobre violência contra as mulheres negras a partir da obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), da escritora Conceição Evaristo. Após três anos, os números mostram a relevância social dos novos modos de produção criados por sujeitos historicamente subalternizados e que hoje buscam assumir um lugar de protagonismo (RIBEIRO, 2017): foram 36 eventos, 35 pesquisadoras envolvidas e 31 escritoras que mobilizaram um público de cerca de 10 mil pessoas. Outras iniciativas semelhantes, que abordam a potência da leitura de mulheres negras para a mobilização e transformação quanto a questões de raça e gênero, são os projetos *Lendo Mulheres Negras*<sup>9</sup>, *Literatura Negra Feminina*<sup>10</sup> e *Leia Intelectuais Negras*<sup>11</sup>, as quais buscam o contato com epistemologias historicamente invisibilizadas a partir da leitura de mulheres negras.

As protagonistas dos eventos são mulheres, negras, periféricas, escritoras e leitoras, acadêmicas ou não, que visam estimular a leitura de outras mulheres negras enquanto ferramenta de reflexão social. Os temas abordados envolvem pontos diretamente relacionados com a produção de resistência em todos os espaços que ocupam. Feminismo negro, produções literárias nas periferias, direito linguístico, emancipação financeira, produtos culturais, decolonialidade, gênero e corpo, racismo, mobilidade urbana, intolerância religiosa e história do povo negro são algumas das questões abordadas pelo projeto. Inicialmente, os encontros aconteciam presencialmente, mas logo surgiu a necessidade de ocupar também redes digitais como Facebook e Instagram. Para fins de delimitação metodológica, este último será nosso recorte analítico.

Até 18 de maio de 2020, a página do Instagram do DIMN<sup>12</sup> registrava 7.624 seguidores e 295 publicações, entre fotografias, peças gráficas e vídeos<sup>13</sup>. Além desses conteúdos, também foi observada a realização de transmissões ao vivo e podcasts na plataforma Spotify e Deezer. As produções culturais são desenvolvidas em perspectiva interseccional que enxerga raça, gênero e classe como categorias interligadas. A primeira publicação no Instagram é datada de 15 de maio de 2017, e anuncia a realização da ação Julho das Pretas, um evento literário que buscou debater a autoria negra feminina. A primeira nota de

8 Mestra em Crítica Cultural pela UNEB e doutoranda em Literatura e Cultura pelo Instituto de Letras da UFBA.

9 Disponível em: <<https://www.instagram.com/lendomulheresnegras/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

10 Disponível em: <<https://www.instagram.com/literaturanegrafeminina/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

11 Disponível em: <<https://www.instagram.com/leiaintelectuaisnegras/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

12 Disponível em: <<https://www.instagram.com/dialogosinsubmissos/>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

13 O levantamento de dados para este estudo foi realizado até 18 mai. 2020.

apresentação do projeto, em 3 de julho do mesmo ano, definiu o DIMN como resultado do esforço para criar uma cena de debates sobre a violência contra mulheres negras, sob a ótica de insubmissão.

Quanto à audiência, com base em observação do perfil no Instagram, é possível notar que mulheres e negras são a maioria, entre as pessoas que seguem a iniciativa. Também há discussões sobre sexualidade feminina que geram a interação de mulheres lésbicas, engendrando uma atuação interseccional em que gênero, raça, classe e sexualidade estão presentes dos debates incitados pelo perfil.

Entre 18 de maio e 10 de agosto<sup>14</sup> de 2020, o perfil registrou quase o dobro do número de adesões, com 7.610 novos seguidores. As publicações aumentaram de 295 para 400. Além disso, a recente criação de um canal no Youtube<sup>15</sup>, que conta, até o momento, com dois vídeos abordando o pensamento de intelectuais negras, mostra a maior necessidade de interação multiplataforma com as audiências, visto que as ferramentas distintas oferecem novas possibilidades de diálogo. Das postagens realizadas até 18 de maio, há uma preponderância de peças gráficas (170), seguidas por fotografias (89) e vídeos (22); as demais publicações são divididas entre screenshots<sup>16</sup> e repercussões de outras iniciativas. Os subtemas das publicações podem ser categorizados da seguinte forma: divulgação e cobertura de eventos, transmissões ao vivo, perfis, posicionamentos sociais, lançamentos de livros, sorteios e educativas.

Embora todas as seções estejam diretamente relacionadas com o combate ao epistemicídio, destacamos duas: Educativas e Perfis. As publicações da categoria Educativas dizem respeito a abordagem de temáticas étnico-raciais em uma perspectiva informativa, visando disseminar conhecimentos que (re)contem a história do povo negro sob o olhar de outras pessoas negras, e não da história hegemônica escrita por brancos. Se, para Fanon (1983, p.33), “falar é existir absolutamente para o outro”, entendemos que, por meio dessas publicações, a plataforma Diálogo Insubmissos de Mulheres Negras contribui para o combate ao racismo, à desinformação e ao epistemicídio. Ter a comunicação como ferramenta nessa luta amplia a criação de possibilidades de existência que não sejam definidas

pela violência e submissão históricas (RIBEIRO, 2018).

Adichie (2019) alerta para os perigos de uma história única. Quando a história do povo negro é escrita pela ocidentalidade branca, tende-se a reduzir a realidade e criar estereótipos que desumanizam. As publicações educativas da plataforma literária contribuem para a formação de uma multiplicidade histórica, em que pessoas negras reinterpretam a história a partir de suas próprias vivências, memória e conhecimento ancestral.

Na seção Perfis, a plataforma apresenta sínteses da história de mulheres negras que participam de eventos organizados pelo grupo. Nessas publicações, vê-se a imbricação de raça, gênero e classe moldando e visibilizando personagens cujas existências, desde a abolição da escravatura, são negadas. Isso porque o 13 de maio de 1888 simbolizou a abolição, mas não a libertação de pessoas negras, já que direitos civis lhes foram negados e a luta por liberdade antecede essa data (GONZÁLEZ, 1984). Contar a história de mulheres negras é resistir à lógica colonial que insiste em apagá-las.

Interpretamos as atividades do grupo no Instagram e nas reuniões presenciais – por meio da proposição de pautas étnico-raciais como centrais, e do estímulo à leitura de mulheres negras e visibilização de suas histórias – como práticas ativistas. Segundo Moraes (2007), a emergência da comunicação alternativa em rede posiciona as práticas comunicacionais no contexto das relações sociais, pois “trata-se de conceber a internet como mais uma arena de lutas e conflitos pela hegemonia, vale dizer, de batalhas permanentes pela conquista do consenso social” (MORAES, 2007, p.1). Para Lemos, na internet:

*Os ativistas expandem suas atividades tradicionais e/ou desenvolve outras. A utilização da rede por parte desses grupos visa, entre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações sem mediação, com o objetivo de buscar apoio e mobilização social para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line. (LEMO, 2005, p. 251).*

Levando em conta o ativismo digital, Aquino (2015) pontua o

<sup>14</sup> A consulta foi realizada até o dia 08 ago. 2020.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCdUSwmQeN9HkZVC3gi745vw/featured>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

<sup>16</sup> Captura de tela de dispositivos móveis digitais.

ativismo literário no Facebook como a militância através da literatura, configurada por grupos auto-organizados que utilizam o espaço das redes virtuais como ambiência para discussão constante sobre poesia e literatura. Aqui sugerimos a ampliação da ideia para o contexto offline e propomos o ativismo literário enquanto ferramenta de mobilização para visibilizar escritoras negras, ou quaisquer outros atores sociais historicamente subalternizados, como parte de um movimento radical no combate ao racismo cognitivo e ao epistemicídio.

Essa mobilização se faz a partir de uma lógica interseccional – reconhecendo que as opressões de raça, gênero e classe atuam juntas e conjuntamente precisam ser combatidas. No ativismo literário, a literatura negra é instrumento simbólico de luta e os sujeitos são elementos fundamentais na formação de redes que configuram “laços sociais baseados na partilha de conhecimentos” (RÜDIGER, 2011, p.168).

A plataforma literária DIMN enxerga na presença digital uma oportunidade para o espalhamento dessas mensagens, pois a internet possibilita o desenvolvimento de diferentes maneiras de se produzir informações, em um espaço pautado na virtualidade. Assim, configura-se a interconexão entre mulheres negras, que se aquilombam<sup>17</sup> como forma de resistência epistêmica, manifestação cognitiva e reiteração do direito à existência.

Na plataforma Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, o ativismo literário se expressa também como convocação social para a leitura, conhecimento e debate das narrativas tecidas por mulheres negras em seus livros, operando como iniciativa que associa literatura, comunicação e luta antirracista. A convivência nos espaços de diálogo, seja nos encontros presenciais ou nas plataformas digitais, permite que a solidariedade individual se transforme em potência coletiva, esperança e reconhecimento de que a produção intelectual de mulheres negras, ao contrário do que pregam as práticas epistemicidas ocidentais, é válida e socialmente relevante.

## Considerações finais

Ao longo do tempo, mulheres negras foram física e simbolicamente violentadas por múltiplas opressões. No campo cognitivo, tem-se o epistemicídio como uma dessas formas de violência que apagam, subalternizam e as destituem do direito à voz – e, consequentemente, roubam suas humanidades. A história dessas mulheres traz a resistência como herança genético-cultural de negras africanas trazidas ao Brasil para a degradação de suas mentes e corpos. Os meios de resistir se reinventaram ao longo dos séculos e seguem presentes na cotidianidade de mulheres negras como modos de vida.

A exemplo dessas reinvenções, as práticas comunicacionais digitais podem promover agenciamentos socioculturais que contribuem para o combate ao racismo, patriarcado e discriminação de classe. Estes são marcadores sociais que, pela ótica da interseccionalidade, não podem ser hierarquizados, pois funcionam como formas de opressão concomitantes.

A plataforma Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, através da produção cultural de encontros presenciais ou do trabalho comunicativo digital, atua socialmente como expressão do ativismo literário, posicionando as mulheres negras na centralidade de discussões embasadas pela leitura das narrativas construídas por elas. Essa iniciativa, além de contribuir para a luta antirracista, é um espaço significativo de combate ao epistemicídio negro. Quando expandem suas atividades para as redes sociais, especificamente o Instagram, ampliam o alcance de suas mensagens, em especial por estarem em um espaço desterritorializado, no qual as fronteiras físicas não limitam a comunicação.

A partir daí, geram um potencial de mobilização capaz de movimentar estruturas sexistas, machistas e discriminatórias do cânone científico branco, ampliando o alcance de suas mensagens. A união dessas mulheres, que reivindicam o direito a construir as próprias histórias, concebe, a partir da comunicação, uma nova lógica de (re)conhecimento, distanciando esse grupo social do apagamento colonial e aproximando-o de

---

<sup>17</sup> Aquilombar-se, na perspectiva de Abdias Nascimento (2019), é a ação social, com raízes na luta dos quilombos históricos, contra o racismo. É uma ação baseada na união de pessoas negras como um ato político em resgate à memória do povo africano.

novas articulações emancipatórias.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. (2019). O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras.
- AKOTIRENE, C. (2018). O que é interseccionalidade? Rio de Janeiro: Editora Letramento.
- ALMEIDA, S. L. (2018). O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento.
- AQUINO, V. (2015). Ativismo literário no Facebook. In BIEGING, P & AQUINO, V. Consumo: imaginário, estratégia e experiência (pp. 11-19). São Paulo: Pimenta Cultural, 2015.
- CARRERA, F. & CARVALHO, D. (2020). Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. Revista Galáxia, n. 43, 99-114.
- CARNEIRO, S. (2005). A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. São Paulo: Feusp.
- CARNEIRO, S. (2003). Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, 117-132.
- COLLINS, P. H. (2017). O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. Cadernos Pagu, Campinas, n. 51, 01-23. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- COLLINS, P. H. (2000). Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge.
- CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, 171-188. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. Chicago Inbound, v. 1989, n.1, 138-167. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em: 16 mai. 2020.
- DAVIS, A. (2016). Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo.
- FANON, F. (1983). Pele negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Editora Fator.
- GONZALEZ, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244.
- GROSGOUEL, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n.1, 25-49. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2020.
- HOOKS, b. (2000). Feminist theory: from margin to center. Boston, MA: South and Press.
- LEMOS, A. (2005). Ciberurbe: a cidade na sociedade de informação. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais.
- MORAES, D. (2007). Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. 9, n. 2. Disponível em: <<http://twixar.me/9D3m>>. Acesso em: 16 mai. 2020.
- NASCIMENTO, A. (2019). O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 3ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- PERROT, M. (2007). Minha história das mulheres. São Paulo: Editora

Contexto.

QUIRINO, K & MOURA, D. O. (2019). Enquadramentos midiáticos, interseccionalidade e o genocídio de jovens negros brasileiros: análise comparativa entre notícias e textos de opinião acerca da Chacina de Costa Barros, RJ, na Folha de S. Paulo. Revista EcoPós, . 22, n. 2, 191-222. Disponível em: <[https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/10/pdf](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/10/pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2020.

RIBEIRO, D. (2018). Quem tem medo do feminismo negro?. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, D. (2017). O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento.

RIBEIRO, D. (2016). Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Revista Internacional de Direitos Humanos, v.13 n.24, 99-104. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

RÜDIGER, F. (2011). As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina.

SAFFIOTI, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. (pp.183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SANTOS, B. S. (2008). Um discurso sobre as ciências. 5ed. São Paulo: Cortez.

SOUZA, F. (2017). Mulheres negras escritoras. Revista Crioula, n. 20, 19-39. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/crioula/article/view/141317>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

SCHUMAHER, M. A. & VITAL BRAZIL, E. (2007). Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro, Senac Nacional.